

Argumento para convencer Leitão

O argumento utilizado diante do ministro Leitão de Abreu de que há um processo de conscientização da população de Brasília em defesa da representação política e que o próximo governo teria que assumir, inevitavelmente esta bandeira, foi fundamental, segundo o presidente da Federação das Associações Comerciais do Distrito Federal, Lindberg Aziz Cury, para que o governo revisse sua posição. Além do argumento dos empresários, reunidos com o chefe do Gabinete Civil na tarde de quarta-feira, Lindberg ressaltou o papel da imprensa como proliferadora das idéias favoráveis à representação política para Brasília.

Lindberg informou que os empresários defenderam a representação, da forma como será colocada por Aderbal Jurema em seu substitutivo. Embora admitam que há uma predominância da idéia de representação política em todos os níveis, os empresários, segundo o presidente da Federação das Associações Comerciais, "por uma questão de estratégia", propuseram uma representação restrita.

A criação da Assembléia Legislativa teria alguns empecilhos como a dotação de recursos de instalação e outros; a Câmara de Vereadores nas cidades-satélites poderia fazer com que elas perdessem dotações federais que são repassadas pelo GDF; e para eleger o governador do DF, segundo os empresários, haveria que primeiro lutar pela autonomia do Distrito Federal, que não é uma bandeira da Associação Comercial, por implicar em uma inovação histórica.

Em entrevista coletiva à imprensa na sede da ACDF, ontem à tarde, os presidentes das associações comerciais relataram sua conversa com o ministro Leitão de Abreu. Informaram que as eleições para deputado (mínimo de oito) e senador (três), caso aprovada a Emenda Figueiredo, serão realizadas em 1986.

Lindberg ressaltou que os empresários não são contrários à eleição do governador do DF. Entendem, no entanto, que o DF é uma área de segurança, e como tal o governador deve ser escolhido pelo presidente da República. O vice-presidente da ACDF, Benedito Augusto Domingos, lembrou que as constituintes de 1889 e a de 1946 não previam eleição para governador do Distrito Federal. Comentou ainda que o prefeito do Rio de Janeiro, enquanto lá funcionou o Distrito Federal, era escolhido pelo governador. Aziz Cury interveio lembrando que a defesa da autonomia do DF só deveria ser conduzida após a conquista da Representação Política.

O empresário Almir Gomes também observou que para eleger o governador do Distrito Federal teria que se eleger também uma Assembléia Legislativa.

Sobre a bandeira das eleições diretas, já, Lindberg afirmou que as entidades representativas dos empresários não têm posição definida, por entenderem que é uma questão partidária, defendida apenas pelos partidos de oposição. Para ele, a representação política não é uma bandeira partidária, mas que traduz os anseios da coletividade brasileira.